



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

062

Recurso de agravo nº 166686-4/01- Comarca do Recife  
Agravante: Industria e Comercio Pó Calcário Cambucal Ltda.  
Agravado: Fazenda Estadual.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 106 DO STJ. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Tratando-se de tributos sujeitos a lançamento por homologação, como no caso em tela, com a entrega da Declaração, seja, DCTF, GIA, tem-se constituído e reconhecido o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte da Fazenda, iniciando-se, a partir da data estabelecida como vencimento para o pagamento da obrigação tributária declarada, o cômputo da prescrição quinquenal em conformidade com o artigo 174 do CTN. 2. No caso em tela, o prazo prescricional para ajuizamento do executivo fiscal iniciou-se a partir de agosto/1994, conforme consta nas informações de fls. 02, sendo o referido débito inscrito em dívida ativa em 29/01/1999, a teor do contido na CDA de fls. 03, sendo o executivo fiscal ajuizado em 30/04/1999, ou seja, dentro do lustro prescricional, porém a efetiva citação do executado, ocorreu em 26/03/1996. 3. Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição, posto que a demora na citação se deu por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, a teor do contido na Súmula nº 106 do STJ. 4. Recurso de agravo improvido à unanimidade.

STJ 119 Combucal ?  
5524

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 166686-4/01, acima referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, unanimemente, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 28 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

063

**Recurso de agravo nº 166686-4/01- Comarca do Recife**

**Agravante: Industria e Comercio Pó Calcário Cambucal Ltda.**

**Agravado: Fazenda Estadual.**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de agravo em face de decisão monocrática que deu provimento ao recurso de apelo em apenso, no sentido de não reconhecer a prescrição do crédito tributário em questão.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, em razão do transcurso de mais de 5 (cinco) anos entre a data da constituição definitiva do crédito e a citação pessoal do devedor, nos termos do art. 174, parágrafo único do CTN, vigente à época, antes do advento da LC nº 118/2005, sem que haja aplicabilidade da Súmula 106 do STJ ao caso em concreto, diante de inércia da própria Fazenda exequente.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento do recurso de apelo em apenso, com o seu regular seguimento.

É o relatório.

**VOTO**

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de apelação cível diante de sentença que extinguiu de ofício a execução fiscal, sob fundamento da ocorrência de prescrição do crédito tributário, com supedâneo nos arts. 156, V, e 174, caput, do CTN, c/c art. 269, IV, do CPC. Em suas razões, de fls. 152/172, o apelante pugna pela anulação do julgado argumentando não ser dado ao magistrado decretar a prescrição de ofício, quando o exequente não deu causa à citada prescrição, haja vista ser dever do magistrado promover o andamento dos feitos, na medida em que o processo começa pela iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial. Alega ainda que nos moldes do art. 8º, § 2º da Lei nº 6.830/80, o simples despacho que ordenar a citação interrompe a prescrição. Ao final, requer o provimento do recurso, aduzindo que não restou configurado o lapso quinquenal prescricional no caso concreto, no sentido de reconhecer a exigibilidade do crédito fiscal em favor da Fazenda Pública, determinando-se o regular prosseguimento da execução em seus ulteriores termos. Houve contra-razões de fls. 178/186, pela manutenção do julgado. Feito este breve relato, decido monocraticamente. A prescrição que foi declarada ex officio é da espécie intercorrente, a qual se materializa quando não se formalizar a citação ou quando citada a parte, não forem encontrados bens suficientes a penhorar, após o arquivamento ordenado e decorrido mais de cinco anos sem que, ouvida, a Fazenda Pública alegue, e prove, a ocorrência de eventuais causas interruptivas ou suspensivas do prazo prescricional, ao menos de regra. Após o advento da Lei nº 11.051/04, a qual introduziu o § 4º no art. 40 da Lei nº 6.830/80, passou-se a admitir a decretação de ofício da prescrição intercorrente, depois de prévia oitiva da Fazenda Pública, permitindo-lhe assim,

0

suscitar eventuais causas interruptivas ou suspensivas do prazo prescricional, o que não ocorreu no caso em tela. Desta feita, para que a prescrição seja reconhecida pelo juízo, é necessária a intimação prévia da Fazenda Pública, posterior arquivamento, e só depois de superada o quinquênio prescricional, mais uma vez ouvida a Fazenda Pública, é que eventualmente poderá ser decretada a extinção da execução fiscal por esse motivo. Corroborando tal entendimento, estabelece os termos do Enunciado nº 02 desta 8ª Câmara Cível, "a prescrição do crédito fiscal não pode ser declarada de ofício, quer tenha havido ou não a citação da parte executada, salvo se da decisão que ordenar o arquivamento provisório do processo de execução fiscal decorrer o prazo quinquenal e for previamente ouvida a Fazenda Pública". No mesmo sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme arestos adiante ementados: PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - AUSÊNCIA DE OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA - DECRETAÇÃO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do STJ, tratando-se de execução fiscal, posiciona-se no sentido de que, a partir da Lei n. 11.051/2004, que acrescentou o § 4º ao art. 40 da Lei n. 6.830, de 1980, pode o juiz decretar de ofício a prescrição intercorrente, desde que após ouvida a Fazenda Pública exequente. O que, no entanto, não ocorreu na hipótese dos autos. 2. Precedentes: REsp 1081677/PE, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 27.2.2009; AgRg no REsp 839.408/RR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19.12.2008; REsp 622.300/PE, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 2.8.2007. Agravo regimental improvido (AgRg no AgRg no REsp 1089464/MG, T2, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 11/05/2009). PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL NÃO ARQUIVADA NEM SUSPENSÃO - PRESCRIÇÃO - SENTENÇA E ACÓRDÃO ANTERIORES À VIGÊNCIA DA LEI 11.280/2006 - DECRETAÇÃO DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTES. 1. A jurisprudência desta Corte tem firmado o entendimento de que não é possível a decretação de ofício da prescrição em sede de execução fiscal, se a sentença e o acórdão foram proferidos antes da vigência da Lei 11.280/2006, que deu nova redação ao art. 219, § 5º, do CPC. Precedentes. 2. A intimação da Fazenda Pública, nos termos do § 4º do artigo 40 da Lei nº 6.830/80, incluído pela Lei nº 11.051/04, trata de hipótese diversa, ou seja, de prescrição intercorrente, que pressupõe execução fiscal arquivada e suspensa por não ter sido localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, nos termos dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal. 3. Recurso especial provido (REsp 875823/MG, T2, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 16/04/2009). DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. AFERIÇÃO DA CULPA DA FAZENDA PELA PARALISAÇÃO DOS AUTOS. REAPRECIÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CITAÇÃO POR EDITAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ALEGAÇÃO POR CURADOR ESPECIAL. POSSIBILIDADE. ARTIGO 40 LEF. LIMITES. ARTIGO 174 CTN. 1. Impossibilidade de conhecimento do recurso especial quanto à alegação de inaplicabilidade ao caso do § 4º do artigo 40 da LEF, porque não houve reconhecimento de ofício da prescrição e sim reconhecimento da alegação do curador do executado. 2. Controvérsia a respeito da possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente nos autos da execução fiscal em que o executado fora citado por edital e, nomeado curador especial, esse arguiu a prescrição em razão da inércia da Fazenda. 3. Hipótese em que o acórdão recorrido, nos termos do inciso I do art. 174 do CTN, com redação anterior à que lhe foi dada pela LC 118/2005, admitiu que a citação do devedor por edital (11/10/1993 - fl. 118) interrompeu a contagem do prazo prescricional iniciado com a constituição definitiva do crédito tributário, ocorrida no exercício de 1990, especialmente tendo em conta que a demanda foi ajuizada em período anterior à alteração legislativa mencionada. Posteriormente, conclui pela prescrição intercorrente, em razão de não ter a Fazenda Pública tomado providências eficazes a fim de obter a constrição do patrimônio do contribuinte, deixando o processo paralisado por mais de 5 (cinco) anos. 4. Jurisprudência dessa Corte pacificada no sentido de admitir a possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal. Precedentes. 5. A 1ª Seção desta Corte já firmou orientação no sentido de que a aplicação do art. 40 da Lei 6.830/80 se sujeita aos limites impostos pelo art. 174 do CTN, de sorte que, ainda que haja suspensão do feito, se configura a prescrição após o transcurso do prazo quinquenal sem manifestação da Fazenda Pública, o que, segundo o acórdão recorrido, ocorreu

065  
46

no caso em apreço. 6. Impossibilidade de averiguar se houve ou não culpa do recorrente pela paralisação do processo, para fins de se obstar o reconhecimento da prescrição, em razão da incidência da Súmula 07/STJ. Precedentes. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido (REsp 1081414/MG, T1, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJ de 19/03/2009). Deve-se ressaltar, ainda, os termos da Súmula nº 106 do STJ, no sentido de que "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência". Diante de todo o exposto, considerando que a sentença de origem está em confronto com a jurisprudência dominante do STJ, com arrimo no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento monocrático ao apelo, no sentido de anular a sentença a quo, determinando a consequente baixa dos autos ao juízo de origem, para fins de prosseguimento nos seus ulteriores termos. P e I. Recife, 6 de outubro de 2009 Dr. Ricardo Paes Barreto Relator.

A questão devolvida ao conhecimento deste colegiado no caso em concreto diz respeito à ocorrência ou não de prescrição referente a tributos sujeitos a lançamento por homologação, como no caso em tela, com a entrega da Declaração, seja, DCTF, GIA.

A decisão isolada desta relatoria é bastante clara quanto a não ocorrência da prescrição da pretensão executiva do crédito tributário em questão, haja vista que o prazo prescricional para ajuizamento do executivo fiscal iniciou-se a partir de agosto/1994, conforme consta nas informações de fls. 02, sendo o referido débito inscrito em dívida ativa em 29/01/1999, a teor do contido na CDA de fls. 03, sendo o executivo fiscal ajuizado em 30/04/1999, ou seja, dentro do lustro prescricional, porém a efetiva citação do executado, somente veio a ocorrer em 27/02/2003, fato que não obstante ter ocorrido em interregno superior a cinco anos da constituição do crédito, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição, posto que a demora na citação se deu por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, a teor do contido na Súmula nº 106 do STJ.

Resta aparente no caso em concreto que o atraso na prestação jurisdicional de origem não se deu por culpa ou concorrência do fisco Estadual, mas sim por dificuldades do aparelho judiciário, razão pela qual não deve ser punida a Fazenda Estadual.

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, mantendo-se o julgado fustigado em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 18 de janeiro de 2010

**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**